

## SENADO EM DIA DE VOTAÇÕES

Ampliado incentivo  
para a produção  
de biodiesel

Acordo garante  
maior número de  
bolsas no ProUni

Projeto das PPPs  
pode ser aprovado  
até terça-feira



O número de alunos beneficiados com bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), será ampliado. O Senado mudou o projeto de lei de conversão da medida provisória que criou o programa. Aprovado originalmente pela Câmara, esse projeto havia reduzido o número de bolsas, em relação ao texto original da MP. Os senadores também estenderam a todas as regiões do país a concessão privilegiada de crédito oficial para a instalação de usinas produtoras de biodiesel, que será adicionado ao diesel de petróleo. Esse incentivo era restrito às regiões Norte e Nordeste. Foram votadas mais duas MPs e fechados entendimentos para examinar as restantes e o projeto das parcerias público-privadas até terça-feira.

Páginas 4, 5 e 6

**ENTENDIMENTOS** Senadores discutem MPs em Plenário (foto ao alto), em sessão presidida por Sarney (foto à direita). Tião Viana (foto à esquerda) propõe ampliação dos incentivos à instalação de usinas de biodiesel



## Começa a autoconvocação do Congresso

Em sessão realizada ontem à noite, parlamentares aprovaram 28 projetos de créditos suplementares



**MENSAGENS** Juvêncio da Fonseca agradece manifestações de apoio à campanha contra o desarmamento

## Juvêncio defende o direito ao porte de arma

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) agradeceu às pessoas que estão enviando e-mails ao seu gabinete, prestando solidariedade à campanha contra o desarmamento da família brasileira. Ele disse estar recebendo centenas de mensagens de várias localidades do país.

– Sinto que há um desespero da população só em pensar que a família possa estar desarmada diante da bandidagem, sem o Estado para reprimi-la. Sinto que a população quer uma ação forte que contribua para que seja “não” a resposta no plebiscito do próximo ano – afirmou ele. O plebiscito a que o senador se refere é para consultar o povo sobre a proibição da venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional e será realizado em outubro de 2005.

Juvêncio disse que necessita continuar com sua arma de fogo, registrada, na residência para proteger a família e assegurar sua incolumidade física. Na avaliação do senador, o povo brasileiro não pode deixar de ter o direito de reagir às agressões de que é vítima.

# Almeida Lima condena investigações militares

■ Ele pede que o Senado apure queima de documentos mostrada pelo *Fantástico*, da Rede Globo

A queima de documentos secretos em base da Aeronáutica, em Salvador (BA), mostrada em matéria do programa *Fantástico*, da Rede Globo, no último domingo, provocou protesto do senador Almeida Lima (PDT-SE).

Ele condenou a ação de militares que, a seu ver, são “revanchistas e covardes”, por seguirem investigando a vida dos cidadãos brasileiros mes-



**DEMOCRACIA** “Militares têm que cumprir a função determinada pela Constituição”, diz Almeida Lima

mo sob a vigência da Constituição de 1988, já no regime democrático.

– Estamos no Estado de direito. Os militares têm que se

limitar a cumprir a função determinada pela Constituição. Eles deveriam estar enquadrados e recolhidos à sua missão constitucional. Em defesa da democracia, o Senado não pode silenciar ante um fato dessa natureza – afirmou ele.

Almeida Lima estava acompanhado do vereador filiado ao PDT de Aracaju (SE), Marcélio Bonfim, citado na matéria do *Fantástico*. Bonfim teria sido fichado em 1989, quando já havia terminado a ditadura militar. Um dos documentos parcialmente queimados mostrados no programa é a ficha de Bonfim, em que consta relato de um discurso feito por ele na Câmara Municipal de Aracaju.



**ARTICULAÇÃO** João Batista Motta sugere mudanças na lei e melhoria nas condições de vida dos brasileiros

## Motta pede mais rigor no combate à criminalidade

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) cobrou ontem do governo federal a imediata adoção de políticas eficientes no combate à criminalidade. Para ele, a ausência de segurança na maioria dos grandes centros urbanos fortalece o crime organizado e o narcotráfico, “mostrando que a ineficiência do Estado brasileiro no setor chegou a um nível insuperável”.

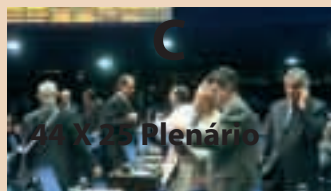
No entender do senador, o combate à violência passa pela aprovação de leis eficazes, destinadas a diminuir, entre outras coisas, brechas na legislação que facilitam manobras de proteção judicial, atreladas ao aparelhamento da polícia, programas adequados de integração social e melhoria das condições de vida do cidadão, especialmente o de baixa renda.

Motta observou que os problemas relacionados ao setor social, incluindo o aumento da violência, somado ao desemprego e acesso à educação de qualidade, têm prejudicado o próprio crescimento econômico do país. Como exemplo, citou pesquisa mostrando que os empresários do município de Serra (ES), que abriga cerca de 152 indústrias, estão assustados com o aumento da violência na região.

### Investimentos

Apesar do problema, considerado grave pelo senador, a economia capixaba vem crescendo e, para o próximo ano, estão previstos investimentos federais da ordem de R\$ 327,4 milhões, informou. Esse valor, observou Motta, poderá ser elevado à casa dos R\$ 500 milhões com as emendas de bancada a serem apresentadas ao Orçamento da União, que deverá ser votado pelo Congresso Nacional até o próximo dia 23.

## Agenda



### Plenário vota MPs na próxima semana

O Plenário promove hoje, às 9h, sessão não deliberativa, destinada a discursos dos parlamentares. Na segunda-feira, os senadores retomam a análise das medidas provisórias que trancam a pauta de votações. Entre elas, a que estabelece normas para o plantio e a comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005 (PLV 67/04).

### Obra de Gonçalves Dias na Rádio Senado

O programa *Prosa e Verso*, que vai ao ar pela Rádio Senado amanhã, às 9h, apresenta *I-Juca Pirama*, de Gonçalves Dias. A história gira em torno de uma crença dos timbiras, índios guerreiros ferozes e canibais

que acreditavam que a qualidade do que comiam era assimilada por eles. Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

### Política internacional

O professor baiano Luiz Alberto Moniz Bandeira é o entrevistado do *Leituras*, que a TV Senado apresenta amanhã, às 9h30. Um dos maiores estudiosos da história política internacional, Moniz Bandeira fala de seu último livro.

### Visite o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive o Plenário. O passeio começa de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana e feriados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**AGRADECIMENTO** Heráclito Fortes diz que o governo federal se lembrou, enfim, do Piauí

## Aprovados 28 projetos que mudam PPA e abrem créditos

Em sessão realizada na noite de ontem, o Congresso Nacional aprovou 28 projetos de lei que alteram programas no Plano Plurianual (PPA) e abrem créditos suplementares. O maior crédito, de R\$ 1,543 bilhão, foi destinado aos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Empresas do grupo Petrobras tiveram crédito de R\$ 179,3 milhões. Já os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações um reforço de dotação de R\$ 168,4 milhões. Foi também aprovado crédito suplementar para empresas do grupo Eletrobrás no valor de R\$ 171,4 milhões. Outro projeto de destaque abriu aos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional crédito adicional de R\$ 114,5 milhões. Durante a votação dessa última matéria, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) agradeceu ao governo por se lembrar, enfim, do Piauí.

Por falta de acordo entre os líderes, deixou de ser votado crédito suplementar de R\$ 127 milhões em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, relativo a transferências a estados, municípios e Distrito Federal da reserva de contingência. O dinheiro destina-se a manutenção de serviços de segurança pública do Distrito Federal. Presidindo a sessão, o deputado Inocêncio Oliveira suspendeu sua realização até a próxima terça-feira (21), na tentativa de se chegar a um acordo sobre a matéria.

Heráclito elogiou a condução da sessão por Inocêncio e criticou o governo por não cumprir a maior parte dos compromissos assumidos de liberação das emendas parlamentares.

■ **Atividades serão realizadas sem ajuda de custo. Pauta inclui diversos projetos além do Orçamento**

O Congresso Nacional se autoconvocou para trabalhar extraordinariamente, de 16 a 23 de dezembro. A decisão foi tomada ontem, em sessão solene presidida pelo senador José Sarney. Os trabalhos serão realizados sem pagamento de

ajuda de custo. Nesse período, segundo o ato convocatório, deverão ser votados o Orçamento Geral da União para 2005 e a representação (25/04), da Mesa diretora da Câmara dos Deputados, em relação ao deputado André Luiz (sem partido-RJ), acusado de pedir propina a um empresário.

Em aditamento, foram incluídas matérias em tramitação no Senado Federal, como o projeto (PLC 10/04) que institui o sistema de parcerias público-privadas (PPPs); o projeto (PLC

48/04) que autoriza o Executivo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi); o que dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PLC 94/04); o que dispõe (PLC 95/04) sobre a criação de carreiras e do plano especial de cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); o que trata da remuneração dos integrantes das carreiras de analista e técnico do Ministério Público da União (PLC 96/04).

### Coligações

Faz parte também da relação de matérias a serem votadas durante a autoconvocação projeto apresentado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado (PLS 368/04) que desvincula as coligações partidárias nas eleições para presidente e vice-presidente da República das coligações para o pleito de governador, senador, deputado federal, estadual e distrital. O projeto altera o artigo 6º da Lei Eleitoral (9.504/97).

## Sarney critica excesso de MPs e apóia governo Lula

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem a restrição do poder de edição de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo a matérias específicas, de cunho econômico e financeiro, e aos créditos especiais para casos de calamidades públicas. "O veneno da medida provisória está matando o Congresso dia a dia", disse o senador em entrevista a repórteres de rádio em que apoiou o governo, previu a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lamentou a crise no PMDB, defendeu uma reforma política com mandato presidencial de seis anos e falou sobre sua sucessão no Senado. A seguir, alguns dos principais tópicos da entrevista.

### MPs

Sarney informou que, até o fim do dia, receberia relatório de comissão de parlamentares com propostas para a limitação das MPs. Para ele, fora os casos específicos citados, elas são "um instrumento antidemocrático", criado pela Constituinte de 1988, e que deu poderes legislativos ao Executivo.

### Apoio a Lula

O presidente do Senado reiterou o apoio ao governo.

– É uma experiência extraordinária para o país ter um operário presidente. O país entra numa rota de crescimento, e vamos terminar o ano com quase 2 milhões de novos empregos.

### Sucessão no Senado

– Não vou antecipar minha sucessão – afirmou Sarney, reconhecendo que "o senador Renan Calheiros é um grande nome do Senado. Acredito que ele tenha grandes chances".



**RECONHECIMENTO** Busto é inaugurado por Afonso Franco, Francisco Franco, Sarney, Passarinho e Afrânio Nabuco

### Reforma política

– A reforma política é a que mais precisamos e ainda não tivemos condições de fazer – disse o senador, que defendeu o mandato presidencial de seis anos, vedada a reeleição, e a instituição do voto distrital misto.

### PMDB

– O PMDB não está numa fase muito boa. O partido sempre abrigou muitas tendências, criando uma cultura de diversidade, e se habituou à democracia interna. Agora estamos num momento difícil, mas espero que isso passe.

### Recesso

Para Sarney, as críticas ao recesso parlamentar não levam em conta a necessidade de contato com as bases.

– A atividade parlamentar

não se exerce só dentro do Congresso; talvez a maior responsabilidade do político seja com seus eleitores.

### Teto

O senador esclareceu que a iniciativa do Supremo Tribunal Federal de fixar os salários dos ministros está dentro da lei.

– Não defendo aumento. A legislação sobre o teto do funcionalismo tem intuito moralizador e foi resultado de muita discussão; o Supremo está apenas cumprindo esse teto.

### Mercosul

A respeito da crise nas relações comerciais entre Brasil e Argentina, Sarney foi enfático: "O Mercosul atravessa um momento que não é dos melhores, mas o Brasil jamais deveria entrar em processo de retaliação".

## Homenagem do Senado a Afonso Arinos

José Sarney compareceu à solenidade de inauguração do busto do ex-senador e jurista Afonso Arinos, no Salão Nobre da Casa, em comemoração ao centenário de seu nascimento, e ressaltou as múltiplas habilidades do homenageado, que também foi escritor e pesquisador.

Participaram da solenidade o ex-senador Jarbas Passarinho e familiares do homenageado, que faleceu em 1990, aos 84 anos, no exercício do mandato de senador. Filho de Arinos, o embaixador Afonso Arinos de Melo Franco lembrou momentos importantes da vida do pai.

## VOTAÇÕES

A MP que inclui o biodiesel na matriz energética brasileira voltará à Câmara para exame de emenda introduzida pelo Senado. Também retornará àquela Casa a proposta que reajusta a remuneração nas Polícias Federal e Rodoviária



## Acolhido reajuste para os policiais federais

Outra medida provisória (MP) aprovada ontem pelos senadores é a que reajusta as remunerações das carreiras da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, dos servidores de apoio técnico desses órgãos e dos funcionários da Secretaria do Patrimônio da União. A MP, que recebeu projeto de lei de conversão (PLV), cumpre, de acordo com a exposição de motivos, acordo firmado pelo governo e entidades representativas dos servidores durante as negociações para a concessão do aumento salarial.

A matéria volta para a Câmara, já que o Plenário acolheu cinco emendas apresentadas pelo relator-revisor, senador Paulo Octávio (PFL-DF).

As emendas propõem a extensão do reajuste aos policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal e dos ex-territórios; a fixação da jornada de trabalho dos escrivães da Polícia Civil do DF em seis horas; aumento da remuneração dos servidores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O parecer também prorroga até 23 de junho de 2005 o prazo para que os cidadãos entreguem suas armas de fogo. Outra emenda visa evitar interpretações equivocadas sobre gratificações por desempenho de atividades rodoviárias.



**INCLUSÃO** Emenda de Paulo Octávio beneficia com aumento a PM de Brasília

# Senado aprova política de produção do biodiesel em escala comercial

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória que autoriza a fabricação de biodiesel a partir de plantas oleaginosas e sua adição ao diesel de petróleo. O texto encaminhado pela Câmara dos Deputados estabelecia concessão privilegiada de crédito oficial apenas para instalação de usi-

nas nas regiões Norte e Nordeste, mas, em seu parecer, o relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), propôs a extensão desses benefícios a usinas localizadas em outras regiões.

Tião Viana atendeu, desse modo, a apelos de senadores como Hélio Costa (PMDB-MG), que tem se pronunciado a favor dos produtores de

girassol, nabo forrageiro e soja destinados à produção de biodiesel. Em Barbacena (MG) já está instalada uma destilaria para o aproveitamento dessas matérias-primas. A princípio, os grandes beneficiados seriam os produtores rurais e usinas preparados para trabalhar com a mamona e o dendê.

Definido tecnicamente

como renovável e biodegradável, ou seja, pouco poluente, o biodiesel passará a integrar o rol das fontes de energia do país, a chamada "matriz energética". E será acrescentado ao diesel mineral de origem fóssil vendido nos postos de combustíveis. O projeto de conversão (PLV 60/04 da MP 214/04) voltará ao exame da Câmara.



**AMPLITUDE** Emenda de Tião Viana estende incentivo a todas as regiões do país

## Meta é a substituição gradual do diesel no país

Espera-se que gradualmente o biodiesel possa substituir o diesel tradicional, permitindo uma melhora na qualidade de vida dos grandes centros urbanos e reduzindo a dependência em relação às reservas, não renováveis, de petróleo. O texto da Câmara fixava em 5% o percentual obrigatório de adição para um período inicial de oito anos, mas a obrigatoriedade foi retirada do PLV no Senado para que empresas brasileiras possam concorrer ao recebimento de recursos do programa de venda de créditos de carbono criado pelo acordo ambiental conhecido como Protocolo de Kyoto. Estima-se que o país venha receber até US\$ 1,3 bilhão para tocar projetos que reduzam a poluição do ar.



**IMPACTO** Teotonio destaca a importância da iniciativa para economia da Região Nordeste

O PLV também determina a criação de linhas de crédito específicas. O Banco do Brasil financiará o plantio das oleaginosas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a instalação de usinas. Segundo Hélio Costa, para os micro, pequenos e médios empresários, o BNDES cobrará juros entre 1% e 2% mais a Taxa de Juros



**PIONEIRISMO** Alberto Silva lembra que autorizou as primeiras pesquisas

de Longo Prazo (TJLP). Dos grandes produtores, cobrará TJLP mais juros de 2% a 3%.

### Emprego e renda

De acordo com o relator, Tião Viana, juros facilitados, assim como a isenção da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), têm como objetivo prio-

rizar a participação no programa do biodiesel dos produtores rurais situados na categoria de agricultura familiar, com efeitos positivos sobre a geração de renda e emprego.

— Faremos grande avanço em matéria de desenvolvimento regional e inclusão social — afirma o senador no relatório.

Para Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), a isenção do PIS e da Cofins de micro e pequenos agricultores terá efeito nulo, já que dessa faixa não são cobradas tais contribuições. Embora tenha apontado "lacunas" no projeto, previu que o biodiesel poderá ter na economia do Nordeste impacto semelhante ao do Proálcool nos anos 70.

Também se pronunciaram otimistas em relação

ao biodiesel Jonas Pinheiro (PFL-MT), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Marcelo Crivella (PL-RJ), Sibá Machado (PT-AC), José Agripino (PFL-RN), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Alberto Silva (PMDB-PI), defensor histórico do biodiesel, lembrou que foi ele que autorizou as primeiras pesquisas para desenvolvimento do combustível pela Universidade Federal do Ceará, ainda no governo Geisel (1974-1979). Como presidente da extinta Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), Alberto Silva liberou US\$ 1 milhão para esses estudos, já que Geisel exigia uma alternativa para o diesel.

## VOTAÇÕES

Acordo entre o ministro Tarso Genro, o líder Mercadante e vários senadores assegura a concessão de um número maior de bolsas para alunos carentes em faculdades particulares. O projeto volta ao exame da Câmara dos Deputados

# Senado aprova 118 mil vagas no ProUni

O acordo negociado no Senado, que alterou vários pontos do Programa Universidade para Todos (ProUni), foi aprovado ontem pelo Plenário, em votação simbólica. Houve resistência de alguns senadores ao relatório de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto de conversão (PLV 59/04) proveniente da Medida Provisória 213/04, que, por meio de renúncias fiscais, estimula insti-



**CONSENSO** Acordo possibilitou aprovar relatório de Tourinho por votação simbólica

tuições particulares de ensino superior a concederem bolsas de estudo

para alunos carentes.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) chegou a pedir verificação de quórum, mas, como só obteve apoio dos senadores Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT), não conseguiu que a Mesa iniciasse a contagem do número de senadores presentes à sessão. Regimentalmente, seria necessário que no mínimo três senadores en-

dossassem a solicitação de Heloísa Helena.

Como o projeto de conversão foi alterado, o texto voltará à Câmara. As modificações feitas no Senado asseguram a concessão de um número maior de bolsas. Segundo o relator, as mudanças só foram possíveis porque houve acordo entre o ministro da Educação, Tarso Genro, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e vários senadores.

Tourinho citou nominalmente a contribuição de Hélio Costa (PMDB-MG), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Paulo Paim (PT-RS), Osmar Dias (PDT-PR) e José Agripino (PFL-RN).

Pelo acordo, as instituições não filantrópicas deverão converter 8,5% da sua receita em bolsas de estudo integrais ou parciais nos exercícios posteriores a 2005. O texto original estipulava 10%, mas na Câmara o percen-

tual aprovado caiu para 7%. Tourinho explicou que estarão garantidas 118 mil vagas.

Outra mudança importante, na avaliação do relator, foi a concessão de uma nova modalidade de bolsa parcial, que banca 25% do custo da mensalidade, além da bolsa de 50% já prevista anteriormente. A sugestão, informou Tourinho, é de Eduardo Azeredo e foi aceita por Mercadante.

## Críticas à privatização do ensino superior

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou a iniciativa do governo federal de criar o Programa Universidade para Todos (ProUni), que, por meio de renúncias fiscais, estimula instituições particulares de ensino superior a concederem bolsas de estudo para estudantes carentes. Ele foi um dos quatro senadores que se manifestaram contra a matéria. Os outros foram os senadores Antero de Barros, Geraldo Mesquita Júnior e Heloísa Helena.

Na avaliação do senador José Jorge, o ProUni representa uma "involução", se comparado com o atual sistema de financiamento aos estudantes carentes que cursam universidade paga. Ele opinou que o governo deveria oferecer as bolsas para os alunos do ensino médio.

– A bandeira de que verba pública deve ser investida no ensino público, defendida por vários partidos de esquerda no Brasil, inclusive o PT, está sendo hoje jogada

na lixeira da História – lamentou.

Já Heloísa Helena disse que o ProUni, ao propor isenções fiscais para as faculdades privadas, apenas dá continuidade à privatização do ensino superior. A senadora acusou as instituições particulares de ensino superior de terem se tornado "verdadeiras máquinas caça-níqueis". E estimou que, se os recursos fossem aplicados no ensino público, 1,560 milhão de novas vagas poderiam ser criadas, em vez das 140 mil vagas que deverão ser oferecidas pelas universidades privadas.

– Estamos assistindo à mercantilização do

ensino público – declarou Mesquita Júnior ao se manifestar contra o ProUni. Ele informou que o reitor da Universidade Federal do Acre está sendo obrigado a apelar aos parlamentares do estado para que eles apresentem emendas individuais e ajudem a compor o orçamento daquela instituição de ensino. O senador também defendeu uma auditoria na dívida externa e disse que o pagamento de juros aos credores internacionais não pode ser uma das prioridades do atual governo.

Também defensor da tese de que os recursos públicos devem ser aplicados apenas nas universidades públicas, Antero de Barros registrou que apresentou projeto, aprovado por unanimidade no Senado, reservando vagas nas universidades públicas para alunos que cursaram o ensino fundamental e o ensino exclusivamente em escola pública. Ele informou que as vagas já existem.



**INCLUSÃO** Para Ideli, proposta abre universidades a brasileiros de baixa renda



**VAGAS** Hélio Costa pede que Câmara mantenha alterações aprovadas pelo Senado



**ACESSO** Serys defende o ensino público de qualidade e com recursos suficientes

## Modelo não é o ideal, mas o possível

Durante o debate sobre o ProUni, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) reconheceu que, embora a iniciativa do governo não seja a solução ideal, é "a maneira possível de oferecer de imediato 120 mil vagas gratuitas em instituições de ensino superior para brasileiros de baixa renda, para deficientes e pessoas que sofrem discriminação social, como negros e índios".

Partidária da mesma opinião (de que o ProUni não é o modelo ideal, mas necessário), Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a construção de um ensino universitário público de qualidade,

com recursos suficientes para atender a todos os que dele necessitem. Para Fátima Cleide (PT-RO), a criação do ProUni foi uma atitude ousada do governo.

Já Hélio Costa, um dos negociadores do acordo no Senado, falou da importância de as mudanças no texto não serem alteradas novamente quando a matéria retornar à Câmara. Ele também defendeu a implantação de programa, em estudo no Ministério da Educação, que ajuda os alunos a custearem suas despesas enquanto concluem seus cursos.

A abertura de vagas gratuitas para profes-

res da rede pública em escolas privadas de nível superior foi apontada pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF) como um dos motivos para que ele votasse a favor da criação do ProUni. Mesmo apoiando a medida, o senador declarou que "não haverá universidade para todos enquanto o ensino médio não for para todos, mas esta medida é um passo positivo do governo".

Senadores da oposição manifestaram voto favorável à criação do ProUni, com ressalvas. Alvaro Dias (PSDB-PR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) condenaram a forma como a matéria foi apresentada.



**TESE** José Jorge: dinheiro público deve ser investido na escola pública



**LUCRO** Faculdades privadas são "verdadeiras máquinas caça-níqueis", critica Heloísa



**COMÉRCIO** Mesquita Júnior: ProUni é "a mercantilização do ensino superior"



**COTA** Antero apresentou projeto que garante vaga a aluno de escola pública



**ARROJO** Criação do ProUni foi uma atitude ousada do governo, diz Fátima Cleide



**DOCENTES** Vaga gratuita para professor da rede pública recebe apoio de Cristovam



**PRESSA** Lúcia Vânia condena o envio do projeto por meio de medida provisória

## VOTAÇÕES

Lideranças partidárias concordam em examinar, na segunda e na terça-feira, as matérias pendentes para limpar a pauta do Plenário. Senadores terão que decidir sobre nove medidas provisórias e projetos importantes como o das PPPs

# Acordo inclui exame de MPs e projeto das parcerias

Por acordo de lideranças, o Senado retomará o exame das matérias pendentes na próxima segunda-feira (20) e na terça-feira (21), a partir das 14h30, com o objetivo de limpar a pauta, votando inclusive o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs), o qual, após intensas negociações, foi aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Há acordo para votação de todas as medidas provisórias pendentes, nove ao todo, além das quatro que já aprovamos até esta quinta-feira (ontem), além das PPPs. O que não foi votado até o dia 21, terça-feira, não será mais votado neste ano – disse o líder do PFL, senador José Agripino (RN). Hoje, haverá sessão ordinária não deliberativa.

## Orçamento

José Agripino afirmou que, em relação ao Orçamento da União, não há nenhum acordo estabelecido.

– Não aceitamos votar o Orçamento com o salário mínimo previsto, de R\$ 300 a partir de maio. Queremos um número maior – ressaltou o senador. De qualquer forma, há um ato



**ACERTO** Senadores estabeleceram cronograma de votação de matérias pendentes e ainda aprovaram reajuste para as Forças Armadas

convocatório, assinado pelos presidentes do Senado e da Câmara, marcando sessões do Congresso Nacional até o dia 23, para a votação do Orçamento da União.

Pelo PSDB, o senador Sérgio Guerra (PE) asseverou que o governo está se preocupando muito com o cronograma de votações, mas se esquece de conseguir acordo para votação do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) para o Orçamento.

A oposição se fixa, além do valor do salário mínimo, no fundo criado para compensar os estados exportadores, para o qual o relator destinou pouco mais de R\$ 2 bilhões. Os opositoristas querem um salário mínimo de R\$ 330 e pedem pelo menos R\$ 9 bilhões para o fundo de exportação. Na segunda-feira, às 15h, devem ser analisados pela Comissão Mista de Orçamento os relatórios setoriais da proposta orçamentária.

## Aprovado reajuste do soldo dos militares

O Senado aprovou ontem medida provisória (MP 215/04) que reajusta os soldos dos integrantes das Forças Armadas em 10%. O aumento beneficia 549 mil pessoas, entre militares ativos, aposentados e pensionistas. Com o reajuste, que vigora desde 1º de setembro, o maior soldo, de general, almirante-de-esquadra e tenente-brigadeiro, alcança R\$ 4.950. O soldo de oficiais intermediários, como capitão-tenente e capitão, está em torno de R\$ 2.900 e o do soldado-recruta, em R\$ 168. A matéria vai à promulgação.

O relator-revisor, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que o aumento do soldo não contempla a realidade dos mi-

litares, pela sua dedicação e pelas suas necessidades, mas deu parecer favorável à MP, argumentando que ela se justifica pela urgência e relevância da matéria. O senador assinalou que o governo, com a medida, procura recompor pelo menos em parte o poder de compra dos militares.

Na discussão da matéria, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) ponderou que, embora o governo demonstre, na mensagem que acompanha a medida provisória, a impossibilidade financeira de conceder um aumento maior aos militares, um país das dimensões continentais do Brasil precisa valorizar suas Forças Armadas.

A senadora Heloísa Helena



**NECESSIDADE** Relator da MP, Romeu Tuma diz que aumento de 10% não contempla realidade dos militares

(PSOL-AL) declarou seu voto favorável à matéria para não obstaculizar sua tramitação, apesar de se dizer constrangida por não ser possível oferecer um reajuste maior aos militares. O senador Mão Santa (PMDB-PI) considerou o reajuste de 10% ridículo e pediu “mais carinho” para os militares e policiais estaduais.

## As medidas provisórias que aguardam decisão do Plenário

São os seguintes os projetos de lei de conversão e as medidas provisórias a serem votados pelo Senado, na segunda e na terça-feira, antes de examinar as PPPs:

**1. PLV 61/04** (sobre a MP 216), que institui o plano de carreira dos cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

**2. PLV 62/04** (MP 217), que abre crédito extraordinário de R\$ 1,362 bilhão em favor dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Justiça, do Planejamento, do Desenvolvimento Agrário, do Esporte, da Defesa e dos Transportes.

**3. MP 218/04**, que autoriza o governo a oferecer equipamento e auxílio técnico para combate à praga de gafanhotos em países africanos.

**4. PLV 63/04** (MP 219), que trata do desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do PIS-Pasep e Cofins.

**5. PLV 64/04** (MP 220), que cria cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior (DAS) no âmbito do Executivo.

**6. PLV 65/04** (MP 221), que trata do Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e outros.

**7. PLV 66/04** (MP 222), que cria a Secretaria da Receita Previdenciária, no âmbito do Ministério da Previdência Social.

**8. PLV 67/04** (MP 223), que institui normas para o plantio e comercialização da soja transgênica, safra 2005.

**9. MP 224/04**, que cria a carreira de Tecnologia Militar e a Gratificação de Desempenho de Tecnologia Militar.

## Secretaria da Receita Previdenciária em debate

O Senado delibera na próxima semana sobre o projeto de lei de conversão (PLV 66/04) proveniente da medida provisória (MP 222/04) que autoriza o Executivo a criar a Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do Ministério da Previdência Social. Já votado na Câmara, o projeto estabelece que a secretaria terá a competência de arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições previdenciárias.

O texto também estabelece que o ministério transferirá para a Secretaria da Receita Previdenciária a estrutura de funcionamento, o pessoal, os acervos técnico e patrimonial, as obrigações e direitos, contratos e convênios, assim como os processos e demais

instrumentos em tramitação relacionados às competências do novo órgão.

O projeto dispõe ainda que servidores das carreiras previdenciária e do seguro social poderão ser requisitados pelo Ministério da Previdência Social, independentemente de nomeação para cargo em comissão ou função de confiança, para trabalhar na Secretaria da Receita Previdenciária ou em suas unidades.

De acordo com o PLV, essas requisições não poderão ser recusadas, mas prontamente atendidas, limitando-se a 2,5 mil servidores. O texto também cria cargos, no âmbito do Poder Executivo, para assegurar essa reestruturação. O relator do projeto é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

# Agropecuária impulsiona a economia, afirma Aelton

■ Senador adverte sobre a necessidade de obras de infra-estrutura para atender à demanda da produção brasileira

A agropecuária confirmou este ano o papel de “alavanca e âncora verde da economia nacional”, afirmou ontem o senador Aelton Freitas (PL-MG). Ele ressaltou a necessidade de investimentos em infra-estrutura para garantir o crescimento do setor, responsável em 2004 por mais de 40% das exportações do país.

– A continuidade da trajetória positiva da agropecuária nacional depende das políticas de infra-estrutura a serem implementadas. O Brasil já se encon-



Fotos: Célio Azevedo

**DESEMPENHO** Segundo Aelton Freitas, setor responderá este ano por 40% das exportações do país

tra no limite do gargalo, com estruturas incompatíveis com as demandas de produção.

Segundo o senador, acaba de ser criada a Frente Parlamentar para a Defesa da Infra-Estrutura Nacional, da qual é vice-

presidente temático para a área de ferrovias. A seu ver, o país necessita revitalizar as estradas de ferro e rodovias, por meio de concessões e parcerias, além de investir em armazenagem.

Aelton citou estatísticas do Ministério da Agricultura que apontam o Brasil como maior exportador mundial de frango, suco de laranja, açúcar e café, e informou que o país já dispõe do maior rebanho bovino do mundo. Essas conquistas, observou, estão registradas em reportagem recente do jornal norte-americano *The New York Times*.

Ele destacou o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) visando permitir a ampliação da produção em solos considerados pobres.

## Alvaro: aumento dos juros reduz oferta de empregos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar em 0,25 ponto percentual a taxa básica de juros pelo quarto mês consecutivo, fixando-a em 17,75%. O encarecimento do custo do dinheiro, somado à falta de investimento público e à carga tributária excessiva, deve promover, segundo ele, queda na oferta de emprego e resultar em menos crescimento econômico em 2005.

– O governo continua com um discurso ufanista. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vê um céu de brigadeiro para 2005

quando os indícios apontam no sentido inverso – assinalou. O parlamentar considerou que os elevados índices de popularidade do presidente só se explicam por essa postura e pela “mágica da propaganda”, que levam o brasileiro a acreditar que está havendo crescimento econômico.

Alvaro sustentou que a expansão da economia brasileira é tímida e está abaixo da média dos países emergentes. Na América do Sul, disse, só o Paraguai e a Guiana crescem menos que o Brasil.

O senador afirmou que no plano político também não há



**PREJUÍZO** Alvaro Dias afirma que encarecimento do dinheiro afetará crescimento econômico em 2005

fatos que expliquem a elevada popularidade do presidente Lula, citando iniciativas que, a seu ver, revelam o “viés autoritário” do governo, como o excesso de medidas provisórias e manobras para evitar a instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

problemas futuros. O senador defendeu ainda a concessão de indenizações, pela União, às famílias dos garimpeiros assassinados, conforme prevê projeto de sua autoria.

Outra boa notícia para Rondônia, destacou Raupp, foi a assinatura de contratos para a geração de energia elétrica a ser fornecida por uma usina média e duas pequenas. O senador destacou que Rondônia ainda tem dificuldades na geração de eletricidade e pediu empenho do presidente Lula na criação de mais duas hidrelétricas no Rio Madeira e na liberação da licença ambiental para o gasoduto Urucu-Porto Velho.



**EMPENHO** Valdir Raupp destaca iniciativas em favor de Rondônia, como a recuperação de rodovias

29 garimpeiros que exploravam diamantes foram mortos por índios cinta-larga este ano. Raupp sugeriu que o governo regulamente a exploração de riquezas minerais nas reservas indígenas para evitar

## Raupp elogia atuação do governo federal

O resultado dos trabalhos realizados pelo governo em 2004 foi significativo, afirmou ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que destacou a adoção de medidas em favor de Rondônia. Ele agradeceu ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pela recuperação de 90% das estradas do estado e de várias rodovias por todo o Brasil.

O senador registrou ainda a estabilização da situação de conflito na reserva indígena Roosevelt, onde



**ATTITUDE** Virgílio elogia coragem de Fernando Bezerra em considerar pífio o parecer de José Mentor

## Virgílio critica a exclusão de Maluf do relatório de CPI

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), considerou corajosa e correta a declaração do líder do governo no Congresso Nacional, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), a respeito do “pífio e desqualificado relatório de um deputado do PT na CPI do Banestado”. Bezerra, segundo *O Globo*, qualificou o trabalho do deputado José Mentor (PT-SP) de faccioso e desonesto – ad-

jetivos endossados por Arthur Virgílio.

Para o líder do PSDB, a ausência de qualquer citação ao ex-governador Paulo Maluf evidencia “pequenez e dose de cinismo enorme na confecção desse relatório”. Ele informou ter conversado com o delegado Castilho, o qual lhe afirmou que as autoridades norte-americanas só concordaram com a quebra do sigilo bancário de Maluf porque o embasamento do caso autorizava essa decisão.

– O relator está careca de saber que havia indícios fortes em relação a Maluf – disse o senador.

### Futebol

Virgílio criticou também a medida provisória (MP) que está sendo elaborada no Palácio do Planalto “com o pretenso objetivo de sanear as finanças dos times (de futebol), que são devedores de R\$ 900 milhões aos cofres públicos”.

– Se essa MP intervencionista vier mesmo a ser editada, o presidente sai das peladas do Torto, entra na área em visível impedimento e marca um gol contra no futebol brasileiro.

## José Jorge anuncia novos ganhadores do Troféu Berzoini

Em discurso no Plenário, o senador José Jorge (PFL-PE) informou ontem o resultado da quinta edição do Troféu Berzoini de Crueldade. Trata-se de um “antiprêmio” instituído pelo PFL destinado “a identificar, denunciar e condenar qualquer ação de integrantes do governo do PT que manifeste desprezo pelo cidadão e pela condição humana”, explicou.

Nessa edição, disse o senador, 27.543 internautas votaram e o vencedor do “antiprêmio” foi o secretário de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, com 27,6% dos votos, “por afrontar a liberdade de imprensa ao criar o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), respaldando seu chefe Lula, que rotulou de um bando de covardes os jornalistas que não defendem o projeto de lei”.

Durante 90 dias os internautas puderam escolher na página do partido ([www.pfl.org.br](http://www.pfl.org.br)) a quem premiar. Em segundo lugar, informou José Jorge, ficou o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, com 20,3% dos votos, por “usar dinheiro público ao se hospedar em um transatlântico



**INICIATIVA** José Jorge explica que “antiprêmio” criado pelo PFL visa denunciar desprezo pelo cidadão

de luxo na Grécia, durante as Olimpíadas, enquanto faltavam recursos para nossos atletas olímpicos”, observou. Em terceiro lugar, com 19,3% dos votos, ficou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, por “fazer trem da alegria com 4.500 cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) para dar emprego a membros do Movimento dos Sem Terra (MST)”, disse ele.

Na quarta colocação está o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, por “ser flagrado sonhando impostos junto à Receita Federal e pleitear o status de ministro para fugir do processo”. Em último lugar ficou o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb, por “usar o BB para patrocinar show da dupla Zezé di Camargo e Luciano em prol da nova sede do PT em São Paulo”.



**DEBATES** Conclusões da primeira etapa do Fórum Nacional do Trabalho foram enfatizadas por Romero Jucá

## Jucá propõe mudanças na legislação sindical e trabalhista

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a necessidade de extensa redefinição das normas jurídicas relativas à organização sindical, à negociação coletiva e à solução de conflitos do trabalho. Jucá destacou as conclusões da primeira etapa do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), uma importante iniciativa do governo federal, em que os participantes reconheceram a promoção e a sustentação do diálogo social como instrumentos fundamentais para o futuro virtuoso das relações de trabalho no Brasil.

Segundo observou Jucá, esse diálogo apenas se fortalece com a “consolidação de organizações sindicais representativas”.

– Assim, a representatividade deve estar ancorada na livre associação dos trabalhadores e das empresas nos sindicatos de base. Tais organizações devem estar em conformidade com os níveis de negociação coletiva – disse Jucá.

O fórum teve por finalidade ainda a adequação das leis que regulam o trabalho no Brasil às novas exigências do desenvolvimento nacional e à realidade do mundo do trabalho. Uma nova legislação teria como objetivo estabelecer a organização sindical, além de fortalecer as centrais sindicais e as confederações de empregadores como entidades nacionais e órgãos de direção da estrutura sindical dos trabalhadores e de empregadores, defendeu ele.

Jucá acredita que, alcançados esses pontos, o governo terá subsídios à elaboração do projeto de reforma sindical e trabalhista.

# Mercadante admite a antecipação do mínimo

■ Para líder, simulações mostram que reajuste para R\$ 290 em janeiro seria melhor que R\$ 300 em maio

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem que a equipe econômica não se opõe à correção do salário mínimo para R\$ 290 a partir de 1º de janeiro. Ele observou, no entanto, que a proposta que vai para o Orçamento é a de um mínimo de R\$ 300 em 1º de maio, conforme o governo já havia acordado com as centrais sindicais. Mercadante fez essas afirmações após ter recebido, de uma delegação de sindicalistas, documento solicitando correção do salário mínimo em R\$ 30 ou R\$ 40 a partir do mês de janeiro.

O líder ressaltou que a única dificuldade significativa são as pequenas prefeituras. Ele lembrou que os prefeitos estarão tomando posse, tendo que se

defrontar com esse aumento de salário. No entanto, disse que a bancada do PT e praticamente todos os senadores da base têm uma grande simpatia pela tese de um mínimo de R\$ 290 a partir de 1º de janeiro.

Segundo Mercadante, todas as simulações e análises demonstram que, para o conjunto da economia, R\$ 290 em janeiro é melhor do que R\$ 300 em maio, porque o aumento salarial viria antes, com ganho maior para os trabalhadores ao longo do ano. Além disso, observou, como o 13º e as férias são pagos em dezembro, em geral os meses de janeiro e fevereiro são de queda no nível de atividade, com aumento do desemprego.

– Se nós antecipamos o reajuste salarial para 23 milhões de pessoas que ganham o mínimo, isso puxa toda a base do mercado de trabalho, melhora o nível de consumo da economia e acaba com a oscilação na produção e no emprego, que caracterizam os meses de

janeiro e fevereiro – esclareceu o líder do governo.

### Política salarial

O senador Paulo Paim (PT-RS), que acompanhou os sindicalistas ao gabinete do líder do governo, disse que o apoio de 17 confederações e de três centrais sindicais deverá contribuir para que o reajuste do salário mínimo seja antecipado para 1º de janeiro. Ficará para fevereiro de 2005 a instalação da comissão especial mista que será integrada por parlamentares, representantes da sociedade civil e do Poder Executivo e terá a incumbência de elaborar uma política salarial permanente para os próximos anos, ressaltou o senador pelo Rio Grande do Sul.

De acordo com o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, José Schulte, a comissão também deveria buscar formas de recuperação do poder de compra do trabalhador, que vem caindo ao longo dos últimos anos.



**REIVINDICAÇÃO** Mercadante (C), ao lado de Paim, recebe documento de sindicalistas que pede aumento em janeiro

## Paim defende adoção de R\$ 300 em janeiro

Ao comentar a decisão do governo de aumentar o salário mínimo para R\$ 300 a partir de 1º de maio, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que poderia concordar com esse valor desde que sua vigência fosse a partir de 1º de janeiro. O senador fez um apelo para que a comissão mista que irá definir uma política para o mínimo “seja instala-

da o mais rápido possível”.

– Se o reajuste for mantido para maio, trabalharemos com a alternativa do projeto de lei (PLS 200/04) de minha autoria, que está pronto para ser votado e que estabelece o valor do salário mínimo em R\$ 300 mais o dobro da variação do produto interno bruto (PIB) dos 12 meses anteriores a maio

de 2005 – afirmou.

Paim manifestou sua preocupação com a situação dos inativos. Ele voltou a defender que o índice de reajuste do mínimo seja concedido para aposentadorias e pensões.

– Caso contrário, em médio prazo os aposentados brasileiros estarão recebendo um salário mínimo – observou.



**MOTIVO** Ministério das Relações Exteriores pode ajudar a esclarecer a causa da morte do atleta, diz Maguito

## Maguito pede apoio para família de jogador que morreu na Índia

Em pronunciamento a respeito da morte do jogador brasileiro Cristiano da Lima Júnior, ocorrida durante partida de futebol realizada na Índia, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) solicitou o “apoio decisivo” do Ministério das Relações Exteriores à família do jogador, cujo corpo foi sepultado na quarta-feira em Taguatinga (DF). Maguito participou da cerimônia de sepultamento juntamente com o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Segundo Maguito, a família de Cristiano é muito pobre e está enfrentando dificuldades para esclarecer o fato, pois existe a dúvida se o motivo da morte foi infarto ou uma pancada que ele recebeu durante a partida.

Ainda de acordo com o senador, a viúva do atleta, Juliana, quer que o coração do jogador – ainda em exame na Índia – seja enviado ao Brasil, para exame por peritos brasileiros.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) recordou as mortes durante partidas de futebol e Heloísa Helena (PSOL-AL) observou que atletas pobres acabam “jogando no limite” de suas condições físicas. Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a violência no futebol.

### Pesar

Maguito lamentou ainda a morte do agrônomo goiano Paulo Roberto Costa Ferreira, por ataque cardíaco aos 56 anos de idade. Ex-diretor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ferreira foi, segundo o senador, um dos principais coordenadores da campanha do prefeito eleito de Goiânia, Iris Rezende.